



PREFEITURA MUNICIPAL DE KALORÉ

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 75.771.238/0001-10

FONE/FAX: (43) 3453-1410 / 1170

E-mail: prefeitura@kalore.pr.gov.br

PRAÇA FRANCISCO LEMES GONÇALVES, 267 – CENTRO - CEP 86920-000 - KALORÉ - PR.

PROJETO DE LEI Nº 046/2025

DATA: 08 Dezembro de 2025

Súmula: *Alteram os artigos 18, 33 e 46 da Lei Municipal nº 1.545/2024, que dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, cria o Conselho Municipal, o Fundo Municipal e o Conselho Tutelar, e dá outras providências.*

O PREFEITO MUNICIPAL DE KALORÉ, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no art. 227 da Constituição Federal e na Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI

Art. 1º. O **artigo 18** da Lei Municipal nº 1.545/2024 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 18. O pedido de registro será formulado pelo candidato, em requerimento assinado e protocolado junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, devidamente instruído com todos os documentos necessários à comprovação dos requisitos estabelecidos no Edital de Convocação, onde serão autuados e enviados à Comissão do Processo Eleitoral, para processamento.

Parágrafo único. O processo de habilitação e escolha dos candidatos observará os critérios e etapas definidos em edital próprio expedido pelo CMDCA, vedada a exigência de prova objetiva."

Art. 2º. O **artigo 33** da Lei Municipal nº 1.545/2024 passa a vigorar acrescido do seguinte §2º, renumerando-se os demais parágrafos:

"§ 2º É possível, de forma excepcional, que a capacitação seja oferecida após a convocação de posse do conselheiro, desde que haja tempo hábil para sua realização, a fim de evitar lacuna na composição do colegiado."

Art. 3º. O **artigo 46** da Lei Municipal nº 1.545/2024 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 46. As atividades inerentes ao cargo de Conselheiro Tutelar serão realizadas, em regime regular, para todos os membros não licenciados, das 08h00min às 17h00min dos dias úteis.

§ 1º - O atendimento ao público e o exercício das demais atribuições inerentes ao cargo serão tanto na sede do Conselho Tutelar como em qualquer local em que seja necessária a presença do conselheiro tutelar, como forma de



PREFEITURA MUNICIPAL DE KALORÉ

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 75.771.238/0001-10

FONE/FAX: (43) 3453-1410 / 1170

E-mail: prefeitura@kalore.pr.gov.br

PRAÇA FRANCISCO LEMES GONÇALVES, 267 – CENTRO - CEP 86920-000 - KALORÉ - PR.

assegurar o pleno e pronto atendimento a todos os direitos garantidos às crianças e adolescentes;

§ 2º - Haverá escala no horário de almoço;

§ 3º - Plantão noturno das 17h00min às 08h00min;

§ 4º - Plantão para atendimento especial nos finais de semana e feriados;

§ 5º - Durante os dias úteis o atendimento presencial será prestado pelos 5 (cinco) conselheiros tutelares, cuja escala e divisão de tarefas serão disciplinadas pelo respectivo regimento interno;

§ 6º - O conselheiro tutelar estará sujeito a regime de dedicação integral, excetuando o exercício do magistério, vedados quaisquer pagamentos a título de horas extras ou assemelhados;

§ 7º - O conselheiro tutelar suplente que aceitar cobrir as licenças deverá permanecer atuando até que o titular retorne, não sendo possível deixar o cargo sem prévio aviso de no mínimo 30 (trinta) dias.”

Art. 4º. O **artigo 40** da Lei Municipal nº 1.545/2024 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 40- O Conselheiro Tutelar titular fará jus a percepção de subsídio mensal mínimo de 1,6% do salário mínimo federal.

§ 1º- O subsídio mensal dos Conselheiros será reajustado cada vez que houver reajuste no salário mínimo.

§ 2º- Em nenhuma hipótese o subsídio mensal destinado aos membros do Conselho Tutelar será inferior ao ora estabelecido.

§ 3º- O subsídio fixado não gera relação de emprego com a municipalidade.”

Art. 5º. Ficam renumerados os parágrafos do artigo 33 da Lei nº 1.545/2024, em razão da inclusão do §2º.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Washington Luiz da Silva
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE KALORÉ

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 75.771.238/0001-10

FONE/FAX: (43) 3453-1410 / 1170

E-mail: prefeitura@kalore.pr.gov.br

PRAÇA FRANCISCO LEMES GONÇALVES, 267 – CENTRO - CEP 86920-000 - KALORÉ - PR.

Mensagem nº 046/2025

Kaloré 08 de Dezembro de 2025

O presente Projeto de Lei tem por finalidade promover ajustes necessários na Lei Municipal nº 1.545/2024, que regulamenta a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), o Fundo Municipal e o Conselho Tutelar. As alterações propostas têm caráter técnico, atualizador e visam aprimorar o funcionamento dos processos e serviços relacionados à proteção integral de crianças e adolescentes no município.

As modificações no artigo 18 buscam tornar mais claro, transparente e eficiente o processo de habilitação e registro dos candidatos ao Conselho Tutelar. A vedação da prova objetiva alinha o município às orientações nacionais do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), que recomendam evitar avaliações eliminatórias que possam gerar desigualdade entre candidatos.

A alteração do artigo 33, com a criação do §2º, tem como objetivo permitir, de forma excepcional, que a capacitação dos conselheiros tutelares possa ocorrer após a convocação de posse, quando for necessário garantir a continuidade do serviço sem lacunas na composição do colegiado. Essa flexibilização não reduz a importância da formação, mas oferece solução prática para evitar interrupção no atendimento à população.

As mudanças propostas no artigo 46 buscam organizar e detalhar o regime de funcionamento do Conselho Tutelar, garantindo clareza quanto aos horários, plantões, formas de atendimento e imposições legais referentes à dedicação integral. Já a atualização do artigo 40, que define o subsídio dos conselheiros tutelares, objetiva adequar a legislação municipal às diretrizes nacionais e garantir que o município mantenha parâmetros justos para a remuneração dos conselheiros, assegurando atratividade ao cargo e valorização do trabalho desenvolvido. O vínculo entre subsídio e percentual do salário mínimo confere equilíbrio e atualização automática, evitando defasagem remuneratória.

Diante do exposto, as alterações propostas não modificam o espírito da legislação original, mas aperfeiçoam sua aplicação, trazem maior segurança



PREFEITURA MUNICIPAL DE KALORÉ

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 75.771.238/0001-10

FONE/FAX: (43) 3453-1410 / 1170

E-mail: prefeitura@kalore.pr.gov.br

PRAÇA FRANCISCO LEMES GONÇALVES, 267 – CENTRO - CEP 86920-000 - KALORÉ - PR.

jurídica, asseguram o bom funcionamento do processo eleitoral e fortalecem o trabalho do Conselho Tutelar. São medidas necessárias para garantir a proteção integral de crianças e adolescentes, conforme prevê a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Contando com o apoio e a atenção desta Nobre Câmara Municipal, valemo-nos deste ensejo para manifestar a nossa expressão de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente

Washington Luiz da Silva
Prefeito Municipal

Ao Exmo. Senhor
Marcos Roberto Sanches Junior
DD. Presidente da Câmara Municipal de Kaloré
Kaloré – Pr.